

DE MANDELA A ZUMA: A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL NA POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA

Anselmo Otavio¹

Introdução

Conforme é conhecida, a conquista de Ceuta por Portugal em 1415 deu início ao processo de descoberta do Atlântico Sul e, conseqüentemente, de transformação estratégica desta região para as potências europeias. Primeiramente, considera-se um processo, visto que desde o século XIV eram criadas em Portugal as condições necessárias para a expansão marítima. Segundo, a chegada em Ceuta não era o fim, mas sim o início de uma fase marcada pela busca por uma rota marítima alternativa que ligasse a Europa à Índia e garantisse à coroa portuguesa o acesso às especiarias encontradas no território indiano.

Embora este processo tenha sido iniciado por Portugal, é fato que, ao longo dos séculos, países como Espanha, Holanda e Inglaterra também se voltaram à mesma atividade. A partir de então, os territórios pertencentes à costa sul-atlântica foram impactados pelas potências europeias, uma vez que, ao serem colonizados, foram englobados em dinâmicas político-econômicas diferentes. Neste caso, enquanto que Lisboa aproximava os territórios brasileiro e angolano via relação marcada pela compra e venda de mão de obra escrava, os Países Baixos em um primeiro momento e, posteriormente, a Inglaterra, enquadraram a então colônia do Cabo a uma dinâmica afro-asiática, mantendo a interação deste território direcionada a suas respectivas colônias no lado asiático.

De modo geral, pode-se considerar o período de controle holandês e inglês da Colônia do Cabo como o primeiro momento da relação orquestrada pelos europeus entre África do Sul e o Atlântico Sul. Por um lado, ao

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: anselmo_otavio@yahoo.com.br

território sul-africano era imposto o papel de entreposto de reabastecimento de suprimentos para navegadores holandeses e ingleses que iam ou voltavam de territórios asiáticos. Por outro, a Colônia do Cabo passava a ser parte de uma das principais linhas marítimas de comunicação entre Ocidente e Oriente e, por pertencer a países cujo predomínio dos territórios se encontrava no lado asiático, acabou por privilegiar o Oceano Índico se comparado com o Atlântico Sul. Exemplo disso pode ser encontrado na interação entre o Cabo e a Índia, cujo território controlado pela Inglaterra fornecia mão de obra para trabalhar nas minas diamantíferas e auríferas sul-africanas.

Um segundo momento na interação entre África do Sul e o Atlântico Sul encontra-se relacionado ao período em que o Partido Nacional (PN) esteve à frente de Pretória. Ao longo das seis administrações do PN – Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1978), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993) – a segregação racial (*apartheid*) foi mantida como princípio norteador da atuação sul-africana. Se no âmbito interno o uso de leis racistas e da violência direcionada a movimentos contrários ao *apartheid* eram exemplos da tentativa de tais governos em manterem o regime salvo de transtornos a sua existência², no âmbito internacional, a negação de sua condição como país africano, a busca em ser visto como país ocidental e o interesse em se aproximar das potências capitalistas foram as escolhas de Pretória para a perpetuação do regime racista.

A aproximação entre Pretória e as potências capitalistas acabou por impactar na relação entre África do Sul e o Atlântico Sul. De fato, além de manterem-se direcionados ao Oceano Índico, os governos sul-africanos passaram a considerar a necessidade da região sul-atlântica se tornar parte na dinâmica da Guerra Fria. Neste caso, Pretoria passou a defender que a criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) seria vital, posto que se a África do Sul fosse controlada pelos regimes comunistas que avançavam pela região, a Rota do Cabo passaria a ser controlada pela União Soviética, fator que, conseqüentemente, não apenas afetaria na ligação entre o Atlântico e o Oceano Índico, mas também na importação de petróleo advindo do Golfo Pérsico por parte do bloco capitalista. Em outras palavras,

2 Referente às leis, destacam-se a Prohibition of Mixed Marriages (1949), lei que proibia o casamento de brancos e pessoas de outras raças; a Population Registration Act (1950), lei que distinguia a população sul-africana entre negros, brancos e mestiços; a Group Areas Act (1950), lei que limitava os negros de poderem circular em determinadas áreas (Branco 2003), dentre outras. Além das leis, o combate a manifestações contrárias ao regime (Sharpeville em 1960 e Soweto em 1976), e a discriminação de partidos (Pan-African Congress – PAC, e o Congresso Nacional Africano - CNA), também refletem essa tentativa em adaptar o cenário interno à continuidade do *apartheid*.

através deste discurso a África do Sul buscava militarizar o Atlântico Sul, considerando a OTAS fundamental para a continuidade do regime do *apartheid*, uma vez que sua existência impossibilitaria algum tipo de ataque marítimo ao solo sul-africano.

Diferentemente de tais momentos, um terceiro período nesta interação pode ser encontrado no pós-*apartheid*, quando se iniciou o processo de ampliação das relações internacionais do país. Nesse sentido, o intuito deste artigo é analisar a interação entre África do Sul e o Atlântico Sul ao longo das administrações Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008) e Zuma (2009-). Utilizando-se de bibliografia vasta e direcionada ao tema em destaque, busca-se defender a hipótese de que o aumento do interesse pelo Atlântico Sul em verdade é resultado da valorização por parte da África do Sul das relações Sul-Sul.

A administração Mandela e a manutenção do Atlântico Sul em segundo plano

Em linhas gerais, é possível indicar que a política externa adotada pela administração Mandela (1994-1999) possuía três principais objetivos. O primeiro e, de certo modo, mais esperado, seria o rompimento com a política externa que até então guiava a atuação de Pretória no âmbito internacional. Neste caso, os indícios desta transformação já eram indicados em artigo de autoria de Mandela desenvolvido em 1993, ou seja, antes mesmo deste assumir a presidência sul-africana. Intitulado *South Africa's Future Foreign Policy* e publicado na *Foreign Affairs*, tal artigo destacava a necessidade da África do Sul acompanhar o cenário de transformação que se tornava vigente no Pós-Guerra Fria.

Na visão de Mandela, pontos como o respeito aos direitos humanos, a promoção da democracia, a valorização do direito internacional, a busca pela paz através de mecanismos não violentos e a interdependência econômica entre os países se tornariam cada vez mais importantes no cenário mundial Pós-Guerra Fria. Além destas questões, outro ponto que era destacado por Mandela referia-se à valorização sul-africana dos anseios africanos, destacadamente o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza excessiva. Grosso modo, quando então presidente, outros pontos passaram a ser englobados na política externa sul-africana, tais como a valorização do multilateralismo, o respeito à soberania dos Estados e a busca pela não violência na resolução de conflitos interestatais (Lipton 2009). Contudo, os pontos apresentados no artigo publicado pela *Foreign Affairs* ainda se mantiveram relevantes.

Em certa medida, as adoções anteriormente indicadas refletiam o sincronismo entre a *Freedom Charter* – documento criado em 1955 em que foram expostos os anseios do Congresso Nacional Africano (CNA) em um período de luta contra o regime do *apartheid* – e a necessidade de adequar a África do Sul ao cenário internacional Pós-Guerra Fria. Por um lado, a *Freedom Charter* (1955) destacava a valorização da liberdade, da democracia, da resolução de conflitos através de meios pacíficos, entre outros. Por outro, o processo de transição entre o regime racista e a democracia multirracial na África do Sul era paralelo ao fim da disputa Leste-Oeste, fator que impulsionava o avanço do livre-mercado, bem como da democracia liberal, dos direitos humanos, do respeito ao meio-ambiente, dentre outros valores estimados pelo Ocidente. Em outras palavras, com este redirecionamento na política externa, Pretoria não apenas rompia de vez com o modo de atuar empregado durante o regime do *Apartheid*, como também entrava em sintonia com a totalidade dos pontos que eram estimados pelos países ocidentais, ganhando a alcunha de país com “*strong moral dimension*” (Van Wyk 2002: 182), ou de “*a good international citizen*” (Hamill e Lee 2001: 33).

Um segundo objetivo da administração Mandela caminhava lado a lado ao desenvolvimento de um papel de destaque na transformação do continente africano através da reafirmação da África do Sul como país africano. Exemplo disso pode ser encontrado na tentativa sul-africana em ser mais atuante na *Southern African Development Community* (SADC), buscando torná-la propícia à aceitação de objetivos como a valorização da democracia, o interesse pelo desenvolvimento e a busca pela pacificação. Conforme indicado pelo então presidente sul-africano, “paz, estabilidade e democracia são condições essenciais para o desenvolvimento” (Mandela 1998, tradução nossa).

A busca por estar mais presente no continente africano, seja via Organização da Unidade Africana (OUA), seja através da SADC, ou por meio de acordos com os países africanos, encontra-se relacionada a duas facetas da África do Sul pós-*apartheid*. A primeira refere-se ao desejo em ser atuante na resolução dos desafios existentes no continente, como também em demonstrar que o país é parte integrante da África e, por tal condição, deve-se preocupar com o futuro do continente. Exemplo deste pertencimento pode ser encontrado em discurso realizado no Parlamento Finlandês, quando o então presidente sul-africano reitera que “primeiro e acima de tudo, nós somos parte do continente africano, e os problemas africanos são nossos problemas também” (Mandela 1999, tradução nossa).

Diferentemente desta primeira faceta, a segunda diz respeito à necessidade em encontrar no continente africano soluções aos desafios internos à África do Sul pós-*apartheid*. De fato, além de se voltar ao

fortalecimento dos laços diplomáticos com aqueles países que durante a vigência do regime racista apoiaram os movimentos sul-africanos de libertação, Pretória também encontrou nas potencialidades existentes no continente possíveis soluções aos transtornos socioeconômicos herdados do regime racista, bem como viu nos países africanos importantes mercados para a expansão das empresas sul-africanas (Ngwenya 2011).

Em síntese, mesmo havendo tais facetas, é fato que a África do Sul sob a administração Mandela (1994-1999) simbolizava mudanças, dentre as quais a inserção regional se tornava uma das prioridades. Neste caso, diferentemente das administrações do PN que, direta ou indiretamente, buscavam a interação através da imposição, da coerção e da participação de guerras nos países vizinhos (Pereira 2012; Visentini e Pereira 2010; Branco 2003), a África do Sul de Mandela valorizava a cooperação e a pacificação regional e continental.

Paralelamente a este interesse pela inserção regional, um terceiro e último objetivo da política externa sul-africana que ganhou espaço na administração Mandela foi a busca por ser mais atuante no âmbito internacional. Neste caso, uma das primeiras iniciativas foi se aproximar de antigos países aliados na luta contra o regime racista (Ngwenya 2011) e na admissão e/ou readmissão em organizações internacionais. De fato, se no âmbito regional buscou-se a aceitação na OUA e na SADC, no âmbito internacional Pretoria retornou ou passou a fazer parte de grupos como a *Commonwealth*, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM), o G77, entre outros (Dirco 1996).

O resultado desta escolha torna-se exitoso quando comparado às relações internacionais desenvolvidas pela África do Sul durante as administrações anteriores. Em outras palavras, se durante a vigência do regime do *apartheid* a África do Sul possuía somente 30 missões diplomáticas espalhadas pelo mundo, em 1996 o país possuía mais de 124 missões, e encontrava-se incluído em 45 Organizações Internacionais (Barber 2005). Por outro lado, é possível indicar que tal êxito encontra-se relacionado ao exercício do universalismo ou universalidade na política externa sul-africana, bem como à escolha de parcerias estratégicas³.

Referente à universalidade, um exemplo de sua adoção pode ser visto nas interações entre a África do Sul e Estados Unidos por um lado, e, por outro, entre Pretória e o Irã, Cuba e Líbia, países estes que auxiliaram o CNA em sua luta contra o *apartheid*, mas que eram vistos como *rogues* ou *pariah* por parte de Washington (Hamill e Lee 2001). Já acerca das

3 De acordo com Schraeder (2001: 234, tradução nossa), “o princípio da universalidade ressalta a vontade da África do Sul em estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo, independentemente das políticas nacional e externa adotadas por estes países”.

parcerias estratégicas, destaca-se o rompimento das relações com Taiwan e, em contrapartida, a aproximação para com a República Popular da China, país este que, *a posteriori* se tornaria um importante parceiro político e econômico para a África do Sul.

Na interação entre universalismo na política externa e escolha de novas parcerias, esperava-se que o Atlântico Sul fizesse parte nesta nova inserção internacional sul-africana. Primeiramente porque, opondo-se à visão defendida pelo regime anterior de criação da OTAS, Pretoria já não mais defendia a militarização desta região, mas sim a cooperação. Tal mudança pode ser encontrada na entrada, juntamente com a Namíbia, na ZOPACAS. Inclusive, a expectativa de maior aproximação entre as margens do Atlântico Sul ocorria visto que a quarta reunião desta iniciativa ocorreu na Cidade do Cabo, África do Sul (1996). Pautada no tema “*Bridging the South Atlantic*”, este encontro indicava a necessidade em consolidar a região sul-atlântica como uma bacia econômica voltada ao desenvolvimento, valorizando a maior cooperação econômica, tecnológica, acadêmica, bem como o estabelecimento de meios de comunicação entre os países sul-americanos e africanos pertencentes a esta iniciativa (Penha 2011).

Em segundo lugar, porque havia o interesse tanto sul-africano quanto brasileiro de intensificar os laços diplomáticos e econômicos. De fato, ao longo da administração Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), a seletividade na formação de parcerias levou Brasília a fortalecer laços com África do Sul e Nigéria, países que eram vistos como estratégicos. Se no caso nigeriano a administração FHC buscou aprofundar as relações comerciais, enviando uma missão comercial brasileira para Lagos e realizando em solo brasileiro uma reunião multissetorial, com Pretória, buscava-se aproveitar o país que, naquele momento, era a principal economia do continente africano, para formalizar um acordo de livre-comércio (Pimentel 2000). Inclusive, durante a administração FHC houve duas visitas presidenciais, a primeira em 1996 – quando FHC se reuniu com Mandela em Pretória – e em 1998, quando o presidente sul-africano visitou o Brasil (Reis 2008).

Todavia, mesmo havendo este interesse em comum, bem como o desejo sul-africano por uma nova inserção internacional, em verdade o que se viu foi a manutenção do Atlântico Sul em segundo plano. Tal constatação pode ser realizada, primeiramente, quando analisada a interação entre maior interesse pela inserção regional, Política de Defesa e a restrição dos gastos militares sul-africanos. Reflexo disso pode ser encontrado na transformação da *South Africa Defence Force* (SADF) em *South Africa National Defence Force* (SANDF), mudança esta que foi marcada por três características. A primeira relaciona-se à mudança de paradigma acerca do conceito de segurança (segurança tradicional para segurança humana)

(Kagwanja 2006). A segunda refere-se à inclusão nos quadros militares, dos ex-combatentes do regime *apartheid* (Stapleton 2010). Por fim, a terceira e última diz respeito à diminuição dos recursos direcionados às Forças Armadas. Neste caso, se em 1990 eram direcionados 3,9% do PIB sul-africano, em 1998 os recursos voltados a SANDF equivaliam a apenas 1,4% do PIB (SIPRI 2016).

Junto às características anteriormente indicadas, também houve a priorização da inserção regional, mais especificamente a priorização dos desafios securitários existentes na África Austral. Inicialmente, esta tendência pode ser encontrada na criação da “*Defence in a Democracy White Paper on National Defence for the Republic of South Africa*”, principal documento voltado a Defesa da África do Sul, no qual é indicado que Pretoria deveria priorizar a estabilidade da região, visto que a “África do Sul possui um destino comum com os países da África Austral” (SANDF 1996: 20, tradução própria).

Paralelamente ao *White Paper*, outro exemplo pode ser encontrado na criação do Órgão de Política, Defesa e Segurança (OPDS) em 1996, este voltado à construção da paz e da estabilidade na região sul do continente via integração entre a segurança militar e a segurança humana. Por fim, a priorização da segurança encontra-se relacionada à participação da administração Mandela na resolução de conflitos que se tornaram presentes na região. Um primeiro diz respeito ao papel do presidente sul-africano como mediador entre o regime autoritário de Mobutu Sese Seko (1965-1996) e o principal grupo insurgente, *Alliance des Forces Democratiques pour la Liberation du Congo* (AFDL), esta sob o comando de Laurent Kabila, durante o conflito na República Democrática do Congo (RDC) (Kabemba 2007). Já um segundo refere-se à atuação da SANDF na pacificação do Reino do Lesoto, país que em sua segunda eleição após o regime imposto pelo major-general Lekhanya (1986-1993), entrava em um cenário de crise política.

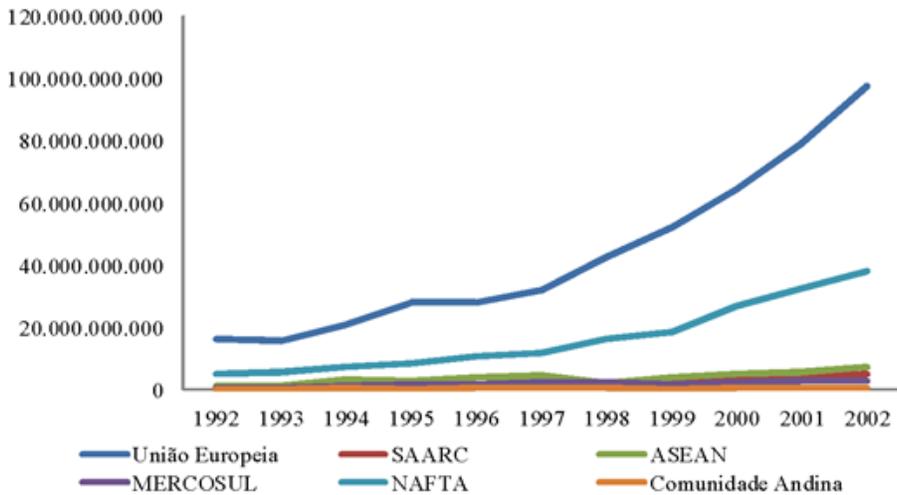
Ainda no âmbito securitário, uma segunda opção da administração Mandela que, indiretamente, auxiliou na contínua desvalorização do Atlântico Sul pode ser encontrado no direcionamento da *South Africa Navy* (SAN), esta que havia passado não apenas por cortes orçamentários, mas também de contingentes (de 6.500 para 4.500) (Wessels 2010). Em linhas gerais, seja pela diminuição de recursos – fator que levava a SAN a priorizar sua atuação em determinadas áreas – seja pela possibilidade de ampliar sua interação com outras marinhas, em verdade o que se viu durante a administração Mandela foi a tendência à priorização dos laços com potências ocidentais e países pertencentes à *Commonwealth*, em detrimento dos países pertencentes ao Atlântico Sul. De fato, entre 1994 e 1998, Pretoria

participou, juntamente com Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Holanda, entre outros, de exercícios navais em sua costa marítima; realizou a *Good Hope* com a Alemanha em 1994, exercício militar que envolveu as forças áreas sul-africana e germânica; participou de cursos de capacitação junto aos Estados Unidos e a França, bem como manteve contato com países como Índia, Malásia, Paquistão, Ilhas Maurício, Quênia e Singapura, enfim, países pertencentes à *Commonwealth* (Manganyi 2014; Wessels 2010).

Neste mesmo período, a África do Sul buscou fortalecer os laços com outros países do Oceano Índico via criação do *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC) em reunião realizada nas Ilhas Maurício, cujo objetivo era fortalecer os laços político e regional entre seus membros. Diferentemente disso, a relação da SAN com Marinhas da outra margem do Atlântico Sul foram diminutas. Por exemplo, enquanto a África do Sul participou em 1996 de exercícios marítimos da UNITAS, série de exercícios marítimos desenvolvida pelos Estados Unidos e países sul-americanos, bem como do ATLASUR em 1997, neste mesmo ano eram comemorados os 75 anos da SAN, evento marcado pela participação de 36 países, dos quais somente três eram sul-americanos (Brasil, Argentina e Uruguai) (Manganyi 2014; Wessels 2010).

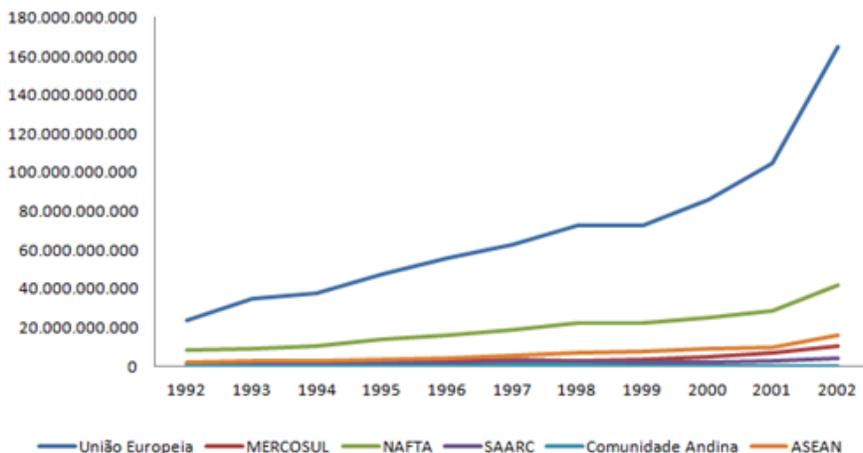
Além do âmbito securitário, a continuidade do Atlântico Sul em segundo plano também pode ser constatada quando analisadas as interações econômicas de Pretória durante a administração Mandela. Embora havendo o interesse em se aproximar do MERCOSUL (inclusive, este foi um dos objetivos da viagem de Mandela para a América do Sul em 1998), em verdade o que se viu foi à valorização do comércio regional e busca por maior comércio com países do continente asiático e do hemisfério Norte. Por um lado, a intensificação do fluxo comercial com os países da região era esperada, pois, conforme analisado anteriormente, uma das prioridades da “nova” África do Sul era a inserção regional. No entanto, o que se destaca são os parceiros comerciais de Pretória no âmbito internacional. Conforme apresentado nas figuras abaixo:

Figura 1: Exportações da África do Sul (milhões de Rands e por bloco econômico)



FONTE: desenvolvimento próprio a partir de dados da DTISA (2017)

Figura 2: Importações da África do Sul (em Rands e por bloco econômico)



FONTE: desenvolvimento próprio a partir de dados da DTISA (2017)

Segundo dados do *Department of Trade and Industry of South Africa* (DTISA), tanto nas importações quanto nas exportações, a União Europeia e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) mantiveram-se como os principais parceiros comerciais da África do Sul. Exemplo disso pode

ser encontrado nas exportações, uma vez que tais blocos foram os dois únicos onde as exportações sul-africanas ultrapassaram o valor de ZAR 20.000.000.000 (DTISA 2016). Diferentemente disso, o período entre 1994 e 1998 foi caracterizado pela baixa troca comercial entre a África do Sul com o MERCOSUL, fator que, juntamente com a desvalorização gerada no âmbito militar, manteve o Atlântico Sul como uma rota secundária se comparada, por exemplo, com o Oceano Índico.

***African Renaissance*, Agenda Africana e um novo olhar para o Atlântico Sul**

Conforme apresentado anteriormente, as transformações adotadas pela administração Mandela fizeram com que o novo processo de inserção internacional da África do Sul caminhasse em sentido diametralmente oposto ao seguido pelas administrações do PN. Um primeiro exemplo pode ser encontrado na priorização do continente africano, este que durante a vigência do *apartheid* possuía sua relevância apenas atrelada à continuidade do regime racista. Já outro diz respeito ao desejo sul-africano em ampliar suas relações internacionais, estas que, até então, eram restritas às potências ocidentais.

De modo geral, quando analisados os quase dez anos em que Mbeki foi presidente da África do Sul (1999-2008), é possível encontrar pontos que representavam certa continuidade nesta política externa. Um primeiro diz respeito à valorização dos direitos humanos e da democracia, que caminhavam lado a lado às críticas de Mbeki com relação a governos militares e sistemas unipartidários, estes considerados diacrônicos à África do século XXI⁴. Além destes, a crença de que a resolução de conflitos deve ocorrer por meios pacíficos, a valorização do multilateralismo e o universalismo nas escolhas de parcerias estratégicas foram outros pontos que tornaram a política externa da administração Mbeki próxima a de Mandela.

A adoção tanto do universalismo quanto do multilateralismo seria estratégica para a administração Mbeki. Por um lado, tal adoção era importante para a inserção regional, visto que demonstrava certa maleabilidade no modo de atuar sul-africano, e, por conseguinte, garantia a Pretória a possibilidade de se aproximar de países africanos que seguiam caminho diametralmente oposto à África do Sul – como, por exemplo, o Zimbábue – mas que eram politicamente e historicamente atores relevantes

4 Em discurso realizado cidade de Abuja, em 2000, Mbeki expõe que “Tiranos temem as massas e sempre procuram desmobiliza-las através da propaganda, da corrupção e do terror. Nossa tarefa como progressistas é opor-se a esses tiranos” (tradução nossa).

no continente. Em outras palavras, universalismo e multilateralismo geravam a não confrontação com alguns países africanos, bem como eram importantes meios de desvinculação da imagem sul-africana de país pró-ocidente, de “lacaio dos Estados Unidos e de qualquer outro país ocidental” (Landsberg 2000: 119, tradução nossa).

Por outro lado, a manutenção de boas relações com diversos países africanos era vista como necessária à difusão de uma nova ideologia política africana para o século XXI (Nabudere 2001), esta mais comumente conhecida como *African Renaissance*. Em Hlophe e Landsberg (1999), é possível destacarmos duas dimensões do *African Renaissance*. A primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense “*Sankofa*”, que significa mover a África do Sul e o continente africano em direção a um futuro próspero, que seria alcançado através da valorização e do resgate ao passado africano anterior à invasão europeia. Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo à África um novo papel na globalização.

As dimensões anteriormente indicadas por Hlophe e Landsberg (1999) são centrais no *African Renaissance* e já vinham sendo trabalhadas por Mbeki antes mesmo de assumir a presidência da África do Sul. Reflexo disso pode ser encontrado no discurso *The African Renaissance, South Africa and the World*, este realizado na *United Nations University*, em 1998, onde Mbeki apresenta, de fato, o *African Renaissance* ao mundo. Neste discurso, é possível indicar que o regresso proposto por Mbeki a um passado anterior ao imperialismo europeu, tinha como intuito reconstruir a dignidade africana, sentimento importante no combate ao estigma existente sobre o continente de território eternamente dependente da caridade advinda do mundo exterior, incapaz de combater suas mazelas e passivo a governos ditatoriais.

Além disso, este discurso reforça a visão defendida por Mbeki acerca da relação entre desenvolvimento econômico e democracia, bem como demonstra ao mundo que o continente africano vem buscando se adaptar aos condicionantes neoliberais e à necessidade de forjar parcerias com os países industrializados. Em certa medida, a expectativa para com o *African Renaissance* era de aproveitar os laços econômicos com os países industrializados e beneficiar-se do interesse destes pelos recursos naturais existentes no continente. Em outras palavras, considerava-se que o sucesso ou o fracasso desta doutrina estaria atrelado à dinâmica da parceria, ou nas palavras de Landsberg (2005: 740), pela “*mutual accountability*” ou “*mutual responsibility*”, onde não mais deveria existir nenhuma forma de paternalismo entre os países africanos e os industrializados (Landsberg

2005).

Quando presidente, Mbeki buscou a consubstanciação desta dinâmica de responsabilidade mútua sinalizada pelo **African Renaissance**. No âmbito regional, Pretoria voltou-se à criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), iniciativa voltada à dinamização do desempenho econômico do continente, que foi recebida com entusiasmo por parte das potências ocidentais (Bujra 2004) visto que aceitava a globalização, o neoliberalismo e todos seus condicionantes e, em contrapartida, indicava a democracia e a prevenção de conflitos como precondições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD 2001). Além da NEPAD, o governo sul-africano atuou, de forma intensa, na transição da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA), e, nesta ocasião, pontos como o respeito aos direitos humanos, a democracia, a boa governança, dentre outros, bem como o modelo de estrutura defendido por Pretória, o *Pan-continentalism*, foram englobados na UA⁵ (Landsberg 2012c; CAAU 2000).

Por um lado, a criação da NEPAD e a transição da OUA para UA simbolizavam a consubstanciação do *African Renaissance*; por outro, elas se transformaram em importantes instrumentos de elevação do *African Renaissance* para outro patamar, este mais comumente conhecido como Agenda Africana. Em linhas gerais, a Agenda Africana pode ser entendida como a fase de continuidade e intensificação do *African Renaissance*. Continuidade, uma vez que se mantém fiel ao incentivo à criação e adoção de sistemas democráticos pelos países africanos, a busca pela paz e segurança do continente, a criação de meios que levem ao crescimento econômico dos países africanos, dentre outros objetivos defendidos por esta doutrina de renovação africana (Landsberg 2007; Kondlo e Landsberg 2007).

Intensificação, visto que, no âmbito regional, buscou-se potencializar a interação entre a África do Sul e outros países africanos. Neste caso, torna-se claro que através desta intensificação a Agenda Africana se transformou em um importante instrumento para a maior integração da África do Sul no continente africano. Um primeiro exemplo pode ser encontrado no estímulo às empresas sul-africanas a investirem cada vez mais no continente. De fato, desde pequenos investimentos realizados por empresas como *Checkers, Game an Makro, Protea Hotels, Debonairs, Nandos and Steers, Truworths and Weoolworths, Standard Bank/Stanbic and Multichoice*, a grandes investimentos advindos da *MTN, Vodacom, Transnet, Eskom*,

5 Entende-se por Pan-continentalism como “o processo pelo qual os Estados se unem para criar novas normas, princípios, instituições, estruturas políticas, e concordar em viver de acordo com essas normas e estruturas em harmonia uns com os outros” (Landsberg 2012c, tradução nossa)

AngloGold Ashanti, Randgold Resources, Sasol e PetroSA, tornaram-se cada vez mais constantes (Connimos, Daniel e Lutchman 2007). Além disso, no âmbito comercial, o advento da Agenda Africana não apenas intensificou o comércio com diversos países africanos, mas também fez com que países como Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Lesoto, Malawi chegassem ao ano de 2008 tendo em Pretória o segundo maior comprador de seus produtos exportados.

Paralelamente ao êxito no âmbito regional, o *African Renaissance* também proporcionou à África do Sul ser mais atuante no cenário internacional. Dentro da dinâmica de responsabilidade mútua, é possível indicar certa distinção feita pela administração Mbeki no que concerne às expectativas sul-africanas com relação às interações Norte-Sul e aquelas esperadas com os países do Sul. Referente às relações Norte-Sul, as expectativas sul-africanas eram romper com o Afro-pessimismo, apresentando ao mundo a imagem de um continente africano em transformação, bem como fazer com que os países ricos participassem no processo de renovação do continente. Um dos principais exemplos disso pode ser encontrado na divulgação e na busca em manter a NEPAD incluída na agenda da OECD e do G8, ambos vistos por Pretória como financiadores desta proposta de desenvolvimento (Bujra 2004). Tal ativismo, além de reforçar a imagem do país de pertencimento ao continente africano, também garantiu a Pretória o status de “voz” da África no mundo Pós-Guerra Fria.

No que diz respeito às relações Sul-Sul, além da valorização de agrupamentos em que a África do Sul havia sido integrada durante a administração Mandela, G77 e Movimento dos Não Alinhados, a administração Mbeki buscou inserir o país em diversos outros grupos, tais como o *Forum for China-Africa Co-operation* (FOCAC), a *New Asian-African Strategic Partnership* (NAASP), o *New Asia-Africa Strategic Partnership* (NAASP), a *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC), o Fórum IBAS, dentre outras iniciativas. Se por um lado o interesse em participar destes grupos garantiu a Pretória maior integração entre África do Sul e países como China, Rússia, Brasil, Índia, entre outras potências emergentes, por outro, acabou por alterar a percepção sul-africana de importância do Atlântico Sul, visto que buscava intensificar a interação com o Brasil.

Um primeiro exemplo disso pode ser encontrado no Fórum IBAS, este composto por África do Sul, Brasil e Índia, cuja simbologia caminha lado a lado a três interesses sul-africanos. O primeiro se relaciona ao fortalecimento de parcerias estratégicas com países pertencentes a outras regiões, no caso, América do Sul e continente asiático. Já a segunda refere-se à busca em ser mais atuante na governança global, visto que a existência

deste fórum encontra-se atrelada a pontos como a reformulação do Conselho de Segurança, a defesa e o respeito às normas internacionais e a diplomacia como melhor caminho para a resolução de conflitos (Declaração de Brasília 2003). Por fim, o terceiro interesse diz respeito à própria existência da África do Sul como parte do processo de expansão do sistema interestatal, isto é, a sua importância geoestratégica entre o Atlântico Sul e o Oceano Índico. Entretanto, diferentemente de períodos anteriores, quando o país esteve atrelado às potências ocidentais, com o advento do *African Renaissance*, sua especificidade geográfica passou a ser incluída nas relações Sul-Sul.

No âmbito securitário também é possível encontrarmos outro exemplo desta valorização do Atlântico Sul. Neste caso, destaca-se o processo de reaparelhamento da *South African Navy* (SAN), este marcado pelo aumento do número de contingentes, pela compra de novos navios e submarinos para recompor as demandas da SAN e, em 2006, pelo lançamento da “*Maritime Doctrine for the SA Navy*” (MDSAN), documento que, em linhas gerais, demonstra a importância da África do Sul ser um país bioceânico e, por tal condição, a necessidade em manter seu entorno marítimo seguro de possíveis ameaças (SAN 2006). Neste caso, o reaparelhamento da SAN e a adoção da MDSAN garantiram à África do Sul a ampliação de seus exercícios multilaterais, estes que durante a administração Mandela eram em menor número e realizados, em grande parte, com os países membros da Commonwealth.

Especificamente no âmbito das relações Sul-Sul, destacou-se o ATLASUR, este voltado a maior cooperação e trocas de experiências entre as Marinhas dos Brasil, Uruguai, Argentina e África do Sul. Ao longo da administração Mbeki, foram realizados o ATLASUR V em 2002, ATLASUR VI em 2006 e o ATLASUR VII em 2008, sendo o V e o VII recepcionados na costa sul-africana. Além do ATLASUR, outro exercício que se destacou diz respeito ao IBSAMAR, este realizado inicialmente em Cape Town (2008), cujos principais objetivos são: a cooperação e o respeito mútuo entre Brasil, África do Sul e Índia; o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de táticas navais; de doutrinas voltadas a defesa de plataformas terrestres; e a condução de operações destinadas ao combate de ameaças aos países-membros (Manganyi 2014; Wessels 2010).

Paralelamente aos âmbitos político-diplomático (IBAS) e securitário (SAN), no âmbito econômico também houve maior interação entre África do Sul e América do Sul. Segundo dados do DTI (2017), é possível indicar que houve aumento das trocas comerciais entre Pretória e o MERCOSUL. Referente às exportações sul-africanas, se em 1999, Pretória havia exportado ZAR\$ 1.690.464.320 para os países do MERCOSUL, em 2009, este valor chegava a ZAR\$ 4.170.128.695. No que diz respeito às importações

sul-africanas, este mesmo período foi marcado pela passagem de ZAR\$ 3.663.047.110 para ZAR\$ 19.034.871.129, crescimento que representava a continuidade na relação deficitária entre as partes.

Vale ressaltar que na dinâmica afro-asiática, quando analisadas as trocas comerciais entre a África do Sul e o SAARC, a relação econômica tende a ser favorável aos sul-africanos uma vez que, se em 1999 as importações sul-africanas somavam ZAR\$ 1.928.439.495 e as exportações em ZAR\$ 2.112.101.117, em 2009 os valores foram de ZAR\$ 17.025.128.128 e ZAR\$ 19.500.726.004, respectivamente (DTI 2017). Entretanto, mesmo a relação econômica entre África do Sul e membros da SAARC seja mais interessante para Pretória, visto que é superavitária, é fato que iniciativas no âmbito político-diplomático de aproximação entre as regiões (ASA), e a criação de exercícios militares envolvendo países do Atlântico Sul (ATLASUR) ou os três membros do IBAS (IBSAMAR), são eventos que, em linhas gerais, demonstram o maior interesse da África do Sul pelo Atlântico Sul.

O Atlântico Sul durante a administração de Zuma (2009-2014): continuidade ou diminuição de sua importância?

Após a renúncia de Mbeki e a breve administração Motlanthe (2008-2009), iniciou-se na África do Sul a administração Zuma (2009-). No curto prazo, especulava-se algumas mudanças tanto no âmbito interno como no externo ao país, uma vez que Zuma trazia na base de apoio grupos como o *Congress of South African Trade Unions* (COSATU), do *South African Communist Party* (SACP), e da *ANC Youth League* (ANCYL), estes contrários às políticas adotadas pela administração anterior. Vale ressaltar que o ANCYL sob a liderança de Julius Malema (2008-2012) trazia em seu discurso o abandono do livre-mercado e a nacionalização de bancos e indústrias mineradoras (Hughes 2011).

No plano interno, esperava-se da administração Zuma atuação direcionada ao rompimento com o desemprego, garantia do acesso e melhoria nas condições de saúde e educação para grande parcela da população; ou seja, soluções a desafios herdados do regime *apartheid* que não haviam sido resolvidos pelas administrações anteriores. No âmbito das relações internacionais sul-africanas, as expectativas giravam em torno da política externa que passaria a nortear as ações de Pretória na África e no mundo. Inicialmente, tais expectativas ganharam relevância quando o então *Department of Foreign Affairs* (DFA) foi transformado em *Department of International Relations and Cooperation* (DIRCO). Em síntese, se no plano interno sua finalidade encontrava-se relacionada no convencimento da

população sul-africana acerca de quão importante é a política externa para o país; no âmbito internacional, esta transformação objetivava demonstrar aos países africanos que a África do Sul manter-se-ia fiel ao caráter não hegemônico de sua atuação no continente (Landsberg 2010).

Todavia, quando analisada a administração Zuma, é possível encontrar certa continuidade na política externa da África do Sul. Tal constatação encontra-se no fato de que pontos como a valorização da democracia, o desenvolvimento econômico, o respeito ao multilateralismo, a resolução de conflitos através do diálogo, a diversificação e a ampliação de parcerias estratégicas, dentre outros que já vinham norteando a atuação sul-africana pós-*apartheid*, foram mantidos (Landsberg 2012b, 2012a). Além disso, houve também a contínua priorização do continente africano, esta simbolizada pela manutenção e intensificação da Agenda Africana. Neste caso, um primeiro exemplo pode ser encontrado na busca pela pacificação do continente, seja através do apoio a missões de *peacekeeping* e *peacemaking*, seja por meio do auxílio à reconstrução de países pós-conflito (Landsberg 2010, 2012b, 2012a).

Além do âmbito securitário, outro exemplo pode ser encontrado na criação ou manutenção de acordos bilaterais no âmbito econômico, os chamados *Business Forums*, forjado com países como Nigéria, Senegal, Tanzânia, Namíbia, Zâmbia e, destacadamente Angola, primeiro país africano a ser visitado pelo presidente sul-africano, cuja delegação contou com a participação de 150 empresários, o maior número de empresários participantes em uma visita oficial. Paralelamente aos *Business Forums*, um segundo exemplo destas relações econômicas pode ser encontrado em dois projetos que a administração Zuma vem se pautando: a consolidação do *SADC Free Trade Area* (SADC-FTA) – lançado ainda durante a administração Mbeki – e a construção de uma zona de livre-comércio baseada na integração entre a SADC, a *East African Community* (EAC), e a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA). No âmbito da infraestrutura, a realização de tais iniciativas caminha lado a lado ao *Presidential Infrastructure Champion Initiative* (PICI), e o *Programme for Infrastructure Development in Africa* (PIDA)⁶.

6 Segundo o PIDA (2012: 1-2, tradução nossa), “É nitidamente evidente a necessidade africana de infraestrutura: a demanda de energia vai aumentar de 590 terawatts-hora (TWh) em 2010, para mais de 3.100 TWh em 2040, correspondendo a uma taxa média de crescimento anual de cerca de 6%. Para manter o ritmo, a capacidade de geração de energia instalada deve subir dos níveis atuais de 125 gigawatts (GW; comparáveis com o Reino Unido) a quase 700 GW em 2040. [...] Os volumes de transporte vai aumentar 6-8 vezes, com destaque para aumento de até 14 vezes para alguns países sem acesso ao mar. O rendimento dos Portos aumentaram de 265 milhões de toneladas em 2009, para mais de 2 bilhões de toneladas em 2040. [...] A necessidade de água vai impactar, ecologicamente, algumas bacias hidrográficas - inclusive a

Ainda no âmbito econômico, porém, no que diz respeito à relação da África do Sul com o mundo, o que se viu foram algumas transformações referentes ao posicionamento dos principais parceiros comerciais de Pretória. Evidentemente que a União Europeia manteve-se como principal parceiro comercial da África do Sul, no entanto, ao longo dos anos 2005 e 2015, o que se viu foi a China ultrapassar os EUA e se transformar no segundo maior parceiro comercial do país africano. De fato, enquanto que em 2005 as exportações sul-africanas para EUA e China eram de, respectivamente, ZAR\$ 30.456.024,154 e ZAR\$ 8.456.249,474; em 2015, os valores eram de ZAR\$ 78.570.360,988 e ZAR\$ 94.375.122,871, respectivamente. Além disso, neste mesmo período as importações sul-africanas advindas dos EUA somavam ZAR\$ 30.259.829,171 e da China ZAR\$ 32.070.892,524 em 2005; em 2015 tais valores eram de ZAR\$ 76.283.766,177 (EUA) e ZAR\$ 199.392.013,145 (China), respectivamente (DTI 2017).

De modo geral, a transformação da China como o segundo principal parceiro comercial da África do Sul pode ser compreendida como resultado da Agenda Africana, uma vez que desde a administração Mbeki, buscou-se maior aproximação com as potências emergentes. Neste contexto, já durante a administração Zuma, vale ressaltar que o principal resultado desta escolha pode ser encontrado em abril de 2011, quando a África do Sul passou a integrar o grupo BRIC, que foi renomeado para BRICS. Embora economicamente o país se posicione atrás dos outros membros do BRICS, seu status de potência regional caracterizado por uma rede sofisticada de infraestrutura, e pelo dinamismo comercial, tecnológico e financeiro (Kornegay 2010), bem como sua importância em termos geográficos (bioceânico) foram qualidades que demonstravam a relevância da África do Sul para este agrupamento.

Em certa medida, é possível indicar que a entrada nos BRICS impacta na visão sul-africana acerca do Atlântico Sul. Um primeiro exemplo disso pode ser encontrado na relação comercial entre Pretória e os países membros do MERCOSUL. Embora a relação comercial com os países asiáticos seja muito mais intensa, visto que as exportações em 2016 foram de 56.220.593.206 e as importações sul-africanas de ZAR\$ 49.657.068.748 (DTISA 2017), quando analisada a relação comercial entre África do Sul e o MERCOSUL, é possível destacar o contínuo crescimento nesta interação. Segundo dados do DTISA (2017), se em 2009 as exportações sul-africanas para este bloco eram de ZAR\$ 4.170.128.695, em 2016, este valor era de

do Nilo, Níger, Orange e as bacias do Volta. [...] A tecnologia de informação e comunicações (TIC) demandará um aumento em em 20 vezes antes de 2020, da banda larga existente no continente. A demanda de cerca de 300 gigabits por segundo em 2009, chegará a 6.000 gigabits por segundo até 2018”.

ZAR\$ 9.269.141.468. Além disso, as importações sul-africanas mantiveram-se em crescimento, visto que o país passou de ZAR\$ 19.034.871.129, para ZAR\$ 36.455.821.023, demonstrando que o Atlântico Sul vem se mantendo como uma importante rota comercial para ambos os atores.

Além do âmbito econômico, a tendência em continuar a valorização da bacia sul-atlântica para África do Sul pode ser encontrada nas políticas de Segurança e Defesa da África do Sul, que, assim como sua política externa, também representa continuidade no processo iniciado durante a administração anterior. Por um lado, uma primeira semelhança a ser destacada refere-se à tendência em diminuir os recursos direcionados para a SANF. De fato, se ao longo da administração Mbeki a porcentagem dos recursos direcionados para as forças armadas não chegavam a 2%, o que se vê durante a administração Zuma é o acentuado declínio, uma vez que a partir de 2011, esta relação chegou ao menor patamar, 1,1% (SIPRI 2016).

Por outro lado, mesmo havendo a diminuição dos recursos, uma segunda característica de semelhança com a administração anterior refere-se à manutenção da *Maritime Doctrine for the SA Navy* (MDSAN) e, destacadamente, ao reaparelhamento da *South African Navy* (SAN), através do aumento do número de contingentes e da compra de novos navios e submarinos para recomporem as demandas da SAN. Exemplo disso pode ser encontrado já no primeiro ano da administração Zuma, 2009, quando o número de contingente chegava a 6.000, e com três submarinos, quatro novas fragatas, dois *gun-boats* (*ex-strike craft*), três *mine-hunters*, um *combat support ship* e um *hydrographic survey ship* (Wessels 2010).

Além de tal reaparelhamento ser relevante para a proteção do entorno estratégico sul-africano, ele se torna fundamental para o interesse do país em ser cada vez mais ativo nos exercícios do IBSAMAR, estes iniciados durante a administração Mbeki em Cape Town (2008), que se mantiveram presentes durante a administração Zuma. Exemplo disso pode ser encontrado nos IBSAMAR II, III e V, estes realizados em 2010, 2013 e 2016, respectivamente, e ocorridos na costa sul-africana. Paralelamente à valorização do IBSAMAR, uma segunda iniciativa adotada durante a administração Zuma que, indiretamente, envolve o Atlântico Sul diz respeito à *Operation Phakisa*, esta criada em 2014 que, embora marcada por projetos na área da Educação e Saúde, também possui quatro projetos direcionados à costa sul-atlântica.

O primeiro refere-se à aquicultura, cujo principal objetivo é garantir o melhor aproveitamento da riqueza de recursos pesqueiros existente no litoral sul-africano⁷. O segundo diz respeito ao melhor aproveitamento do

⁷ “The Aquaculture work stream has underlined the high growth potential of South Africa’s

fluxo de navios que passam pelas costas sul-africanas. Neste caso, uma das expectativas é de valorizar o setor industrial direcionado ao reparo e ao suporte de embarcações que utilizam dos portos sul-africanos. Já o terceiro encontra-se relacionado à prospecção e exploração de petróleo e gás *offshore*, uma vez que pesquisas demonstraram a existência de reservas que chegariam a 9 bilhões de barris de petróleo, e 11 bilhões de gás natural, números que garantiriam à África do Sul autossuficiência por, pelo menos, 40 e 350 anos, respectivamente, destes recursos. Por fim, o quarto projeto caminha lado a lado ao interesse sul-africano em proteger, legalmente, esta região, criando meios (em torno de dez) que promovam a proteção do ambiente marítimo de atividades ilegais (Operation Phakisa 2014).

Considerações Finais

Quando analisadas as administrações de Mandela (1994-1999), Mbeki (1999-2008), e Jacob Zuma (2009-), torna-se clara a busca sul-africana por uma nova inserção internacional pautada no rompimento com a política externa que até então era vigente no país. No cenário regional, as administrações do CNA buscaram transformar a África do Sul em um elemento provedor da estabilização continental, voltando-se à pacificação, ao combate ao subdesenvolvimento e todas suas mazelas, à busca por retirar a África da condição de continente marginal dentro do processo da globalização, enfim, em romper com o isolamento regional e participar na renovação do continente. Reflexo disso pode ser encontrado na busca pela intensificação das relações diplomáticas com diversos países africanos, no ativo papel sul-africano na criação da NEPAD e na transformação da OUA em UA.

Em paralelo às transformações no âmbito regional, no cenário internacional a África do Sul pós-*apartheid* buscou a inserção política não apenas apoiada nas relações Norte-Sul, mas também ancorada nas relações Sul-Sul. Embora valorizando a parceria com os Estados Unidos e com a União Europeia, dois dos principais parceiros econômicos de Pretória, tornou-se claro o interesse sul-africano, principalmente a partir da administração Mbeki, em fortalecer laços econômicos e políticos com países como Brasil, Índia, China e Rússia. Tal objetivo acabou por levar à alteração da visão sul-africana acerca do Atlântico Sul.

Evidentemente que há variações encontradas nas administrações do CNA, inclusive ficou claro que durante a administração Mandela não houve

aquaculture sector due to increasing demand for fish. While aquaculture contributes to almost half of the global fish supply, it contributes less than 1% of South Africa's fish supply" (Operation Phakisa 2016).

maior interesse pela bacia sul-atlântica, no entanto, quando analisadas as administrações a partir de Mbeki, a tendência foi à mudança na perspectiva sul-africana. Em linhas gerais, a busca por criar iniciativas como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o interesse em desenvolver exercícios marítimos como o IBSAMAR, o desejo em fortalecer os laços econômicos com países da América do Sul, bem como a inclusão do país no grupo dos BRICS são alguns dos fatores que representam a maior valorização do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

- African Union. 2000. *Constitutive Act of the African Union* (CAAU). Lome. Disponível em: http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf.
- Barber, James. 2005. “The new South Africa’s foreign policy: principles and practice.” *International Affairs*, [s.]: v. 81, n.5, 1079-1096.
- Branco, L.B.N.M.C. 2003. *A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela*. Portugal: Tese de Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, especialidade de Política e Relações Internacionais em África pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Bujra, Abdalla. 2004. “Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD)”. *DPMF*, [S.l.]: n.13, 1-32.
- Comnimos, Alex; Daniel, John e Lutchman, Jessica. 2007. “South Africa in Africa: trends and forecasts in a changing African political economy”. In: Daniel, John. (et al). *State of the Nation: South Africa*. Cape Town: HSR Press, 508-53.
- Department Trade and Industry of South Africa (DTISA). 2016. *AS Export Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- _____. 2017. *AS Export Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- _____. 2016. *AS Import Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- _____. 2017. *AS Import Value HS8 (Annually)*. Pretoria.
- Declaração de Brasília. 2003. *Fórum de Dialogo Índia-Brasil-África do Sul*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/7745f-cbo-5759-4edc-b8b2-8a1e81c2a9fc>.
- Hamill, James e Lee, Donna. 2001. “A Middle Power Paradox? South African Diplomacy in the Post-apartheid Era”. *International Relations*.

- London: v.15, n.4, 33-59.
- Hlophe, Dumisani e Landsberg, Chris. 1999. *The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy*. Paris. Disponível em: <www.ceri-sciencespo.com/archive/octo99/artcl.pdf>.
- Hughes, Tim. 2011. *Working for Development in Southern Africa Bridging the Gap between Government and Business*. Johannesburg: SAIIA.
- Kabemba, Claude. 2007. "South Africa in the DRC: renaissance or neo-imperialism?" In: Daniel, John et al. *State of the Nation*. Cape Town: HSRS Press. 533-552.
- Kagwanja, Peter. 2006. "Power and peace: South Africa and the refurbishing of Africa's multilateral capacity for peacemaking". In: Southall, Roger (Org.). *South Africa's role in conflict resolution and peacemaking in Africa*. Cape Town: HSRC Press, 27-59.
- Kondlo, Kwandi.; Landsberg, Chris. 2007. "South Africa and the 'African Agenda'". *Policy: issues and actors*, Johannesburg: v.20, n.13, 1-14.
- Kornegay, Francis. 2010. "A África do Sul como potência emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança". In: Pereira, Analúcia Danilevicz; Visentini. Paulo G. Fagundes (Org.). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 131-160.
- Landsberg, Chris. 2012a. "A Política Externa do Governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação?". *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. Porto Alegre: v.1, n.1, 75-102.
- _____. 2012b. "Continuity and Change in the Foreign Policies of the Mbeki and Zuma Governments". *Africa Insight*, [S.l]: v. 41, n. 4, 1-16.
- _____. 2012c. "Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign". *Journal of African and Asian Studies*, [S.l], v. 47, n. 4, p. 436-448.
- _____. 2000. "Promoting Democracy: The Mandela-Mbeki Doctrine". *Journal of Democracy*, [S.l], v. 11, n. 3, 107-121. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v011/11.3landsberg.html>>.
- _____. 2007. "South Africa and the making of the African Union and NEPAD: Mbeki's 'progressive African agenda'". In: Adedeji, Adebayo, Adebajo, Adekeye and Landsberg, Chris. *South Africa in Africa: The Post-Apartheid Era*. Cape Town: University of KwaZulu-Natal Press, 195-212.
- _____. 2010. "The Foreign Policy of the Zuma Government: Pursuing the 'national interest?'". *South African Journal of International Affairs*, London: v. 17, n. 3, 273-293.

- _____. 2005. "Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation". *Social Research*. [S.l.]: v. 72, n. 3, 723-757.
- Lipton, Merle. 2009. "Understanding South Africa's foreign policy: the perplexing case of Zimbabwe". *South African Journal of International Affairs*, London: v. 16, n. 3, 331-346. Disponível em: http://www.swradioafrica.com/Documents/Merle_Lipton140110.pdf.
- Mandela, Nelson. 1993. "South Africa's Future Foreign Policy". *Foreign Affairs*, Tampa: v. 72, n. 5. Disponível em: <http://www.anc.org.za/show.php?id=4113> >. A.
- _____. 1999. Speech by President Nelson Mandela during a visit to the Finnish Parliament, Helsinki: 15 Mar. 1999. Available at: <http://www.info.gov.za/speeches/1999/99316_fin-pa99_10284.htm>. Accessed: May 14, 2013.
- _____. 1998. *Speech by President Nelson Mandela to the National Executive Committee of the Chama Cha Mapundizi (CCM)*, Dar es Salaam: 17 Nov. 1998. Disponível em: http://www.info.gov.za/speeches/1998/98b18_ccm9811382.htm.
- Manganyi, Calvin. 2014. "South African Naval Diplomacy since 1994". In: Thesis presented at the University of Stellenbosch. 2014.
- Mbeki, Thabo. 2000. *Address at the Meeting of Nigerian and South African Business*. [S.l.], 2 Oct. 2000. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2000/mbek1002.htm>.
- _____. 1998. *Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University: The African Renaissance, South Africa and the World*. [S.l.], 9 Apr. 1998. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbeko409.htm>.
- Nabudere, Dani W. 2001. "The African Renaissance in the Age of Globalization". *African Journal of Political Science*, Grahamstown, v. 6, n. 2, 11-27. Disponível em: archive.lib.msu.edu/.../African%20Journals/pdfs/.../ajps006002003.pdf.
- New Partnership for Africa's Development (NEPAD). 2001. *The New Partnership for Africa's Development*. Abuja. Disponível em: http://www.nepad.org/system/files/framework_o.pdf>.
- Ngwenya, Nomfundo Xenia. 2011. "South Africa in Africa". In: Hofmeister, Wilhelm, Tyler, and Conley, Melissa. *Going Global: Australia, Brazil, Indonesia, Korea and South Africa*. *International Affairs*. Singapore: Ed. Konrad-Adenauer Stiftung, 3-17.
- Department Environmental Affairs Republic of South Africa. 2006. *Oper-*

- ation Phakisa – Oceans Economy*, Pretoria. Disponível em: <https://www.environment.gov.za/projectsprogrammes/operationphakisa/oceanseconomy>.
- Penha, Eli Alves. 2011. *Relações Brasil-África*. Salvador: EDUFBA.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2012. *A Revolução Sul-Africana: classe ou raça, revolução ou libertação nacional?*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Pimentel, José Vicente de Sá. 2000. “Relações entre o Brasil e a África sub-saária”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: V. 43, Nº 1, 05-23.
- Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA). 2012. *Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA): Interconnecting, integrating and transforming a continent*. Addis Ababa. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/PIDA%20note%20English%20for%20web%200208.pdf>.
- Reis, André Luiz. 2008. *Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: A Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 360f. Porto Alegre: Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14743/000665956.pdf?sequence=1>.
- Schraeder, Peter J. 2001. “South Africa’s Foreign Policy from International Pariah to Leader of the African Renaissance”. *The Round Table*, [S.l], n. 359, 229-243.
- South African National Defense Force (SANDF). 1996. *Defence in a Democracy: White Paper on National Defence for the Republic of South Africa* May 1996. Disponível em: <http://www.dod.mil.za/documents/WhitePaperonDef/whitepaper%20on%20defence1996.pdf>
- South African Navy. 2006. *Maritime Doctrine for the SA Navy (MDSAN)*. Pretoria.
- Stapleton. Timothy J. 2010. *A Military History of South Africa: From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid*. California: ABC-CLIO, LLC.
- Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). 2016. *SIPRI Military Expenditure Database*. Estocolmo. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>.
- Van Wyk, Jo-Ansie. 2002. “The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa’s Foreign Policy”. *Alternatives Turkish Journal of International Relations*, [S.l]: v. 01, n. 4, 176-231.
- Visentini. Paulo G. Fagundes e Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. “A nova

África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010)". In: Visentini, Paulo G. Fagundes and Pereira, Analúcia Danilevicz. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília. FUNAG/CESU, 64-96

Wessels, André. 2010. "The South African National Defence Force, 1994-2009: A Historical Perspective." In: *JOERNAAL*. Nº. 35, V. 2.

RESUMO

O artigo busca compreender a importância do Atlântico Sul na política externa sul-africana pós-*apartheid*. Baseando-se em ampla bibliografia relacionada ao tema, busca-se defender a hipótese de que o aumento do interesse pelo Atlântico Sul em verdade é resultado da valorização por parte da África do Sul das relações Sul-Sul.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul Pós-*Apartheid*; Atlântico Sul; Política Externa.

*Recebido em 19 de abril de 2017.
Aprovado em 19 de junho de 2017.*